

## RAÍZES DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO PATRIÓTICA NA ARGENTINA: RAMOS MEJÍA E O ORDENAMENTO INSTITUCIONAL DA PRÁTICA NACIONALISTA

Silvia E. Alegre (\*)

Resumo: O artigo discute as raízes do Programa de Educação Patriótica, posto em execução pelo *Consejo Nacional de Educación* argentino a partir de 1908, nas práticas sociais anteriores a sua implantação. Este programa, que modificou com ampla abrangência os conteúdos programáticos e a organização escolar, esteve inserido em um movimento das elites intelectuais e políticas argentinas, preocupadas com a nacionalidade e a integração da grande população imigrante, em momento de crescimento dos movimentos de protesto operário.

No dia 25 de maio de 1910, festejou-se em Buenos Aires, com grande pompa, o centenário da chamada *Revolución de Mayo*. Cem anos antes um grupo de *criollos* expulsara o vice-rei nomeado pelo rei Fernando VII, preso por ordem de Napoleão Bonaparte. A data tinha sido elevada à condição de efeméride fundadora da história nacional pela geração de 1837, e posteriormente por Bartolomé Mitre, na sua versão da história argentina<sup>1</sup>.

A grande festa foi comemorada sob o estado de sítio. A medida tomada pelo então presidente José Figueroa Alcorta (1906-1910), teve por justificativa as grandes manifestações operárias acontecidas em 1909, assim como o atentado que vitimou o chefe da polícia local, levado a cabo por um anarquista. O crescimento do descontentamento operário era motivo de preocupação desde anos anteriores e tinha alimentado a identificação entre imigrantes e bolchevistas. A Lei de Residência, em vigor desde 1902, que permitia a expulsão sumária de qualquer estrangeiro, tinha sido reforçada, no mesmo

---

\* Doutoranda do Programa de Pós Graduação em História Social da FFLCH-USP, sob a orientação da Profa. Dra. Maria Odila Leite da Silva Dias.

<sup>1</sup> A geração de 1837, da qual fizeram parte nomes como Sarmiento, Alberdi e Echeverría, foi precursora na formulação da questão nacional. Consideravam-se herdeiros da Revolução de Maio e incumbidos da missão de ampliá-la e dar-lhe continuidade no sentido da definição da identidade da nação. Mitre, maior historiador argentino do século XIX, impulsionou a tarefa de fortalecimento do sentimento nacional, que acreditava já existente nos acontecimentos de Maio de 1810.

ano do Centenário, pela Lei de Defesa Social, que ampliava as possibilidades de repressão aos ativistas autóctones.

Com efeito, a Argentina tinha recebido, a partir de 1880, um aluvião de estrangeiros atraídos pela ideia de uma vida melhor naquelas paragens<sup>2</sup>. Precisamente no ano de 1910, arribaram ao porto da capital argentina 350.000 estrangeiros. A cidade de Buenos Aires tinha então 1.270.000 habitantes, sendo que 51% deles eram imigrantes.

Contrariamente ao que tinha sido sustentado pela geração de 1837, sintetizado no pensamento de Juan Bautista Alberdi (1801-1884), para quem governar era sinônimo de povoar e povoar tinha o sentido de civilizar, o imigrante era, na primeira década do século XX, motivo de preocupação para as elites intelectuais e políticas portenhas. Convocado a ocupar um território imenso, mas também a civilizar e branquear o país pelos critérios do darwinismo social, o imigrante real, não mais aquele idealizado pela geração romântica, o estrangeiro pobre, analfabeto, sem qualificação e que passou a viver “sem higiene” nos *conventillos* ou cortiços, acabou por substituir o índio, como encarnação da barbárie. A declaração do político e escritor argentino Estanislao Zeballos (1854-1923), representante do pensamento positivista e afeito ao ideário xenófobo, reclamando mudança das leis de imigração, serve de exemplo de uma parcela do pensamento argentino no alvorecer do século XX: “(...) *para conservar la limpieza de la población del país (...) vale más en una República un inmigrante instruído y bueno, que diez inmigrantes analfabetos e inmorales*”<sup>3</sup>. Se, por um lado, a participação dos estrangeiros no movimento operário e a adesão às ideias anarquistas e socialistas eram motivo de preocupação, como mostram as leis restritivas já mencionadas, por outro, era em si mesma, a enorme quantidade de estrangeiros que trazia à tona o tema da nação e da nacionalidade e o problema da identidade e da integração dos imigrantes.

---

<sup>2</sup> Calcula-se que, entre 1881 e 1914, chegaram à Argentina 4.200.000 milhões de estrangeiros. Este grande fluxo teve origem na crise das economias europeias combinada com uma destacada expansão da economia argentina no período.

<sup>3</sup> Zeballos, Estanislao. “El asesinato del jefe de policía de Buenos Aires”. *Revista de Derecho, Historia y Letras*, Vol. XXXIV. Buenos Aires, 1909. In Botana, N. y Gallo, E. *De la República Posible a la República verdadera (1880-1910)*. Buenos Aires: Emecé, 2007. Documentos em CD-Rom.

O assunto não era novo. Desde o final da década de 1880 estes temas faziam parte das inquietações que norteavam o ambiente intelectual assim como da discussão, em âmbitos políticos, de medidas e leis que permitissem às autoridades exercer algum controle sobre a situação dos estrangeiros. A preocupação com a questão nacional foi crescendo até atingir o seu ponto culminante em torno da época do Centenário. Mesmo que inicialmente de forma não regular, as escolas tiveram um papel, desde o final da década de 1880, na transmissão e conservação da “tradição” pátria,<sup>4</sup> para chegar a 1910 como uma importante ferramenta nas mãos das elites empenhadas na construção de uma consciência nacional, cumprindo também a função de atenuar as tensões sociais, dado seu efeito disciplinador, como destaca Stella Maris Scatena Franco, fazendo referência, particularmente, ao ensino de história argentina. (FRANCO, 2001, 54).

No final da década de 1880, devido à baixa adesão espontânea dos imigrantes à naturalização, discutia-se a possibilidade da aquisição automática da naturalidade sem que se chegasse a tomar medidas concretas. Mesmo assim, o problema estava bem definido para as elites, como tinha ficado explícito na fala do futuro presidente Roque Sáenz Peña (1851/1914) no Congresso Sul-americano de Direito Internacional em 1888<sup>5</sup>:

*Necesitamos sentirlos (aos imigrantes) incorporados a nuestra vida nacional, necesitamos someterlos a la acción de nuestras leyes (...) imponiéndose como la norma de sus actos, como la fuerza reguladora de sus derechos y de sus castigos (...).* (RAVINA, 2009, 44).

A rápida transformação da sociedade, associada ao crescente número de estrangeiros residentes, provocava dúvidas e desconfiança quanto à sua integração e incerteza sobre o tipo de comunidade que se configuraria no futuro. As palavras de Sarmiento em 1887 são reveladoras do sentimento de insegurança provocado pelas

---

<sup>4</sup> O termo encontra-se entre aspas para ressaltar que se tratava de transmitir uma tradição que se encontrava em construção. É apropriado observar que a problemática abordada neste artigo diz respeito, em grande parte, à cidade de Buenos Aires mais do que a Argentina como um todo e que está fora de seu escopo a discussão sobre o enfrentamento de interesses entre a capital e o resto do país.

<sup>5</sup> O Congresso se reuniu entre agosto de 1888 e fevereiro de 1889 em Montevideú. Seu principal propósito era consolidar, entre os países de América do Sul, o critério de jurisdição territorial como base da soberania dos estados sobre a sua população. Participaram do encontro Argentina, Uruguai, Brasil, Chile, Peru, Bolívia e Paraguai.

mudanças: *cuando se ven llegar a millares de hombres al día todos sienten (...) como una amenaza de sofocación, como si hubiera de faltar el aire y el espacio para tanta muchedumbre.* (BERTONI, 1992, 78).

O crescimento da mobilização operária e das organizações anarquistas e socialistas, somado à entrada na política de um novo partido, a *Unión Cívica Radical* (1891), que levantando a bandeira da moralidade na política abria a possibilidade de participação de novos setores da sociedade, pressionaram grupos reformistas das elites a procurar soluções político-institucionais para acalmar os ânimos. Os dirigentes argentinos viram-se na contingência de buscar formas de integrar os imigrantes à sociedade que os recebia.

Para encarar o problema da “nacionalidade argentina” e tendo como exemplo a experiência dos países europeus na matéria, estava no horizonte a necessidade de investir em uma tradição nacional que fosse passível de provocar a identificação dos imigrantes, mas, sobretudo, de seus filhos, considerados potenciais depositários *del sentimiento futuro de la nacionalidad* (RAMOS MEJÍA, 1994, 163). Esta tradição deveria ser imposta por meio dos instrumentos de que o Estado dispunha: o serviço militar obrigatório, a política e a educação.

No ano de 1900, a *Revista del Club Militar*, em artigo relacionado à organização dos festejos do Centenário, tinha manifestado sua opinião com relação à integração dos estrangeiros:

*Deseamos (...) que cuando la primera exposición universal de la América-Ibérica, conmemore el primer centenario de la Revolución de Mayo (...) se preparen a los hijos de colonos y trabajadores al sentimiento nacional por la educación moldeada para ello (...).* (FORTE, 1999, 106).

As Forças Armadas iriam assumir, um ano depois, seu papel no esforço de integração com a introdução do serviço militar obrigatório, regulamentação que fez parte da lei orgânica de reforma da organização militar, conhecida como lei Ricchieri. Nas discussões que antecederam a aprovação da lei, seus defensores tinham deixado clara a sua expectativa com relação aos imigrantes ao mencionar a necessidade de *refundir en una sola*

*todas las razas que representan los individuos que vienen a sentarse al hogar del pueblo argentino.* (DEVOTO, 2003, 277).

Já o voto universal, secreto e obrigatório para todos os argentinos do sexo masculino, já fossem nativos ou naturalizados, foi estabelecido pela Lei Sáenz Peña em 1912. A motivação do presidente Roque Sáenz Peña (1910-1914) para propor a reforma estava diretamente voltada para a solução da “questão nacional”. Desta maneira o expressou no discurso realizado por ocasião da aceitação da candidatura à presidência da República, proferido em agosto de 1909. As suas palavras resumiam a proposta de instauração do voto obrigatório em termos de “escola de cidadania” que, juntamente com o serviço militar que “forma o amor à bandeira” e a educação pública que “argentinizava”, serviria para resolver o problema da nacionalidade promovendo a integração dos filhos dos imigrantes<sup>6</sup>. (DEVOTO, 1996, 96).

No âmbito da educação, a medida institucional mais contundente e significativa, tomada na primeira década do século XX, foi o programa implementado desde o *Consejo Nacional de Educación* a partir de 1908, que detalharemos adiante, e que chama a atenção pela radical imposição de conteúdos relacionados à exaltação dos valores da Pátria e da Nação e o tom acentuado das disposições não somente com relação às cerimônias da nacionalidade, mas aos conteúdos programáticos da educação.

Em obra dedicada às transformações das identidades modernas, Stuart Hall destaca o papel das culturas nacionais como fonte de identidade cultural. Para o autor, identidades nacionais foram formadas e transformadas no interior da representação. Em outros termos, a nação não se limita à sua função política, ela produz significados que conformam o que Hall denomina representação cultural. É o conjunto de significados atribuídos a uma nacionalidade que nos permite saber o que ela é. Nas palavras do autor: “Uma cultura nacional é um discurso – modo de construir sentidos que influencia e organiza nossas ações e a concepção que temos de nós mesmos”. (HALL, 2014, 31). São as tradições

---

<sup>6</sup> A lei Sáenz Peña não teve um efeito imediato de ampliação do eleitorado já que determinava que os votantes deveriam ser argentinos natos ou naturalizados e a grande maioria dos trabalhadores imigrantes mantinha ainda a sua nacionalidade de origem. Tampouco houve, concomitantemente, uma mudança na política de naturalização que propiciasse o seu aumento. Assim, os potenciais beneficiados da lei seriam os filhos dos trabalhadores estrangeiros, já nascidos em solo argentino.

compartilhadas, as histórias que remetem a um passado heroico e as imagens e personalidades a ele associadas que permitem a identificação e “constroem identidades”.

No processo de formação e transformação das culturas nacionais criaram-se padrões de alfabetização universal, expressos na generalização de uma única língua no marco da nação, na constituição de uma cultura homogênea e na manutenção de instituições culturais nacionais. A reflexão de Hall se aplica ao caso argentino no qual um sistema educacional centralizado teve a função de alimentar de conteúdo simbólico a cultura vernácula e estimular a adesão a uma identidade nacional.

Produzir sentidos para a nação e incorporá-los ao ensino infantil era um dos caminhos para a formação de uma comunidade homogênea, unificada mediante os sentimentos pátrios. A escola era vista como um médio poderoso para criar o molde onde formar o caráter coletivo na fase em que os cérebros infantis, considerados mais dóceis, estavam mais disponíveis para receber esses conteúdos:

*Sistemáticamente y con obligada insistencia se les habla (aos colegas) de la Patria, de la bandera, de las glorias nacionales y de los episodios heroicos de la historia; oyen el himno y lo cantan y lo recitan con seño y ardores de cómica epopeya, lo comentan a su modo con hechicera ingenuidad y en su verba accionada demuestran cómo es de propicia la edad para echar la semilla de tan noble sentimiento* (RAMOS MEJÍA, 1994, 164).

As palavras acima são da obra *Las multitudes argentinas* escrita, em 1889, por José Maria Ramos Mejía que teve um importante papel na elaboração e execução do programa que levaria à prática uma educação visando à incorporação das massas imigrantes, sobretudo de seus filhos, à identidade nacional argentina.

José Maria Ramos Mejía (1842-1914) era filho de uma família de fazendeiros da província de Buenos Aires. Seu pai tinha integrado, no posto de coronel, o exército unitário nas guerras civis. Era médico de formação e tinha sido eleito deputado nacional em 1880. A sua vasta obra está inserida dentro da abrangente denominação de pensamento positivista, mais especificamente, na área da psicologia social. Ramos Mejía utilizava termos da linguagem médica para entender a sociedade com o objetivo principal de explicar o

desenvolvimento do sentimento de nação. O problema sobre o qual se debruça a obra *Las multitudes argentinas* é a incorporação das massas imigrantes a um espaço social governável. A opinião de Ramos Mejía era que a formação da nacionalidade se completaria nos filhos dos imigrantes já que eram os que com mais entusiasmo consumiam a liturgia cívica. O meio é que haveria de regenerar o estrangeiro (e não o estrangeiro que melhoraria o meio, como era para a geração anterior de pensadores), que passaria por uma série de transformações até o seu aperfeiçoamento intelectual e moral.

Mesmo apresentando suas particularidades, a obra de Ramos Mejía não se diferenciava das preocupações de outros intelectuais argentinos de começo do século XX. A divergência estava frequentemente em como alimentar a tradição que forneceria “o espaço de identificação comum aos filhos dos imigrantes” (DEVOTO, 1999, 50). Se uns encontravam a origem da tradição na população pré-colombiana (os menos preocupados com a não diferenciação das particularidades argentinas com relação ao resto do continente), para outros estava no período colonial e nas raízes hispânicas ou ainda nos *criollos* e *gauchos*, vertente essa na qual se situa a obra de Ramos Mejía. Esse movimento intelectual, ao qual se deu o nome de “primeiro nacionalismo argentino” ou nacionalismo cultural, foi resultado da aceleração da modernidade que ameaçava a unidade nacional recém-conquistada. Em qualquer caso, a busca da tradição, que significava rever esse passado nacional em termos de revalorização da cultura hispânica, da indígena ou da *criolla* - ou das três simultaneamente -, invertia a ideia (da geração de 1837) de que o papel civilizador provinha dos imigrantes. Foram representantes desse movimento Ricardo Rojas (1882-1957), Leopoldo Lugones (1874-1938), Joaquín V. Gonzalez (1863/1923), Juan Agustín García (1862-1923) e Manuel Gálvez (1882/1962), além do mencionado Ramos Mejía<sup>7</sup>.

A ideia geral era a demarcação de uma tradição histórica e intelectual nacional com a qual os imigrantes se identificariam, e não uma nova identidade produto do encontro entre

---

<sup>7</sup> Gálvez, em sua obra *Diário de Gabriel Quiroga* (1910) chegava a recomendar uma guerra contra o Brasil que traria como resultado a reunião dos argentinos em torno a um ideal comum e promoveria o sentimento nacional, transformando os estrangeiros em argentinos.

os imigrantes e os elementos autóctones. Esta tendência se intensificou nos intelectuais atuantes em torno da época do Centenário.

Esta interpretação do passado tinha similaridades com aquela construída por Mitre, mas a diferença estava em que, na visão mitriana existia uma ênfase na excepcionalidade do passado argentino no contexto latino-americano. A ausência de riquezas minerais nessa terra, “batizada com nome enganoso”<sup>8</sup>, tinha criado as condições, na perspectiva de Mitre, para o nascimento de uma raça “criolla” destinada a ser dominante no país, diferente da originada em outros locais da América, mais particularmente no México e no Peru. O resultado teria sido a “única sociabilidade decorrente do trabalho produtivo” surgida na América do Sul, na qual a pobreza geral atenuava as desigualdades econômicas e cuja vocação era para a construção de uma sociedade mais livre e moderna<sup>9</sup>. Para o historiador Fernando Devoto, o sucesso desta interpretação, baseada na existência de um passado que já continha a promessa de um futuro brilhante, e que foi a que perdurou e alimentou durante muito tempo as representações sobre a Argentina, não esteve somente no fato de ter sido imposta através dos manuais de ensino de história às sucessivas gerações de alunos. Essa imagem de excepcionalidade harmonizava com as expectativas dos habitantes da Argentina, sobretudo fazia eco às aspirações daquelas novas classes médias urbanas de origem imigrante, que queriam acreditar na vocação do país para um futuro de grandeza, garantida pelo seu passado colonial (DEVOTO, 1999, 52).

Na década seguinte à publicação de *Las multitudes argentinas*, Ramos Mejía, considerado a essa altura um intelectual respeitado no ambiente cultural argentino, foi presidente do *Consejo Nacional de Educación* (1908/1913), desde o qual lançou a campanha sistemática de educação patriótica<sup>10</sup>.

---

<sup>8</sup> Referência ao nome Argentina sugerir a existência de metais preciosos, particularmente prata, na região.

<sup>9</sup> A versão mitriana do destino manifesto argentino está anunciada em carta dirigida a Joaquín V. González com comentários sobre a obra *La Tradición Argentina* e completamente desenvolvida na *História de Belgrano y de la Independencia Argentina*. González, Joaquín V. *La Tradición Argentina*. Buenos Aires: Librería “La Facultad” de Juan Roldán, 1912; Mitre, Bartolomé. *Historia de Belgrano y de la Independencia Argentina*. Buenos Aires: Biblioteca de la Nación, 1902.

<sup>10</sup> O *Consejo Nacional de Educación* tinha sido criado pela Lei 1420, em 1884, com o objetivo de dispor de uma estrutura que centralizasse a atividade educativa no âmbito nacional, no marco das medidas tomadas uma vez definida a formação territorial, após a federalização de Buenos Aires.

O completo programa de Educação patriótica era minucioso nas suas determinações. Constavam de suas diretrizes as orientações para realização dos atos escolares e as excursões, as leituras em sala de aula, os currículos de ciências naturais e aritméticas, assim como, evidentemente, os de geografia, história e moral e cívica. O programa incluía formação de professores, construção de prédios escolares, medidas dirigidas ao cumprimento da obrigatoriedade escolar e colônias de férias. A execução do programa implicou também em uma reorganização do tempo escolar.

Para o historiador Eduardo Ciafardo é ingenuidade pensar que Ramos Mejía não tivesse consciência de que os resultados de tanta cerimônia patriótica poderiam ser grotescos. Mas o movia a convicção de que era o meio para conseguir a rápida nacionalização simbólica dos filhos dos imigrantes (CIAFARDO, 1991, 358). Trechos do programa, relacionados ao conteúdo das disciplinas, são ilustrativos de seu caráter:

*Lectura y escritura: En los grados inferiores, léanse y escríbanse con frecuencia (...) palabras y frases de carácter patriótico (...)*

*Castellano: (...) En la conversación, en todos los grados, incluir con frecuencia asuntos de carácter patriótico (...) Hacer lo mismo durante los ejercicios de reproducción oral de frases (...)*

*Ciencias naturales e higiene: En ciencias naturales ilustraremos de preferencia las lecciones con ejemplos de la fauna, flora y la gea argentina (...) Estableceremos comparaciones respecto de la superioridad de nuestra producción (...) Hasta la higiene puede prestarse para provocar observaciones de carácter nacional y patriótico (...)*

*Geografía e Historia: Estos dos ramos, es bien sabido, se prestan particularmente para influir en la formación de sentimientos patrióticos (...)*

*Aritmética: Sinnúmero de ejercicios pueden hacerse relacionando la aritmética con la historia, la geografía, la industria nacional (...)*<sup>11</sup>

---

<sup>11</sup> *El Monitor de la Educación Común*, 30/6/1908. As disposições estão assinadas pelo inspetor geral técnico do Consejo Nacional de Educación, Pablo Pizzurno, encarregado pelo presidente do Consejo, Ramos Mejía, do projeto do programa. A revista *El Monitor de la Educación Común* (1881-1976) tinha por objetivo difundir nacionalmente as resoluções tomadas pelo governo central na área.

A natureza dogmática dos conteúdos deixava claro que não se tratava mais de levar adiante o discurso da educação como sustento do progresso. O objetivo central de todas as matérias deveria ser imprimir um caráter nacional e patriótico ao conhecimento. A ênfase colocada no culto aos símbolos nacionais, e a veneração dos próceres, deixava à mostra uma doutrina sagrada e seus ritos, transmitida com um fervor quase religioso. A exaltação do passado patriótico levou à instituição dos festejos da semana de Maio, do Dia dos Mortos pela Pátria e do juramento à bandeira realizado no ambiente escolar. O objetivo era obter uma homogeneidade na população no menor tempo possível, através de uma uniformização do conhecimento por meio de axiomas e sofismas, colocando para isso a pedagogia e a didática a serviço do nacional e do patriótico.

A celebração da Semana de Maio foi instituída, em maio de 1908, por ordem do presidente do *Consejo Nacional de Educación (CNE)*, em documento minucioso com relação aos detalhes das festividades. Na mesma ocasião se estabeleceu a obrigatoriedade de içar e arriar a bandeira nacional diariamente em todas as escolas dependentes do CNE. Em abril de 1909, sob o título *Instrucciones sobre La Semana de Mayo*, um artigo publicado na revista *El Monitor de la Educación Común*, é um exemplo da radicalização patriótica que os programas de educação sofreram durante a gestão Ramos Mejía à frente do *Consejo*, ao mesmo tempo em que fornece claramente a ideia de quais eram seus objetivos:

*Deben estar persuadidos, los directores y maestros que es necesario sentir en sus propias almas las emociones del patriotismo sincero (...). Si no están poseídos del fuego sagrado, no podrán trasmitirlo a los niños (...). País de inmigración, la República Argentina necesita cimentar su grandeza, más que en las montañas de cereales y en los millones de cabezas de ganado (...) en la difusión amplia de un fuerte y equilibrado patriotismo (...)*<sup>12</sup>

---

<sup>12</sup> *El monitor de la educación común*. 9/5/1908. p. 331.

Reforçar o mito das origens nos sucessos de maio de 1810 era uma operação simbólica que dava por seguro o caráter verdadeiro do acontecimento e afirmava uma tradição compartilhada considerada como um remédio contra a heterogeneidade.

A educação patriótica estava destinada a atingir um número crescente de crianças e jovens nas escolas argentinas. Entre os últimos anos do século XIX e a primeira década do século XX tinha havido uma expansão das instituições escolares. Em 1895, 30% das crianças até 14 anos frequentava a escola. Essa proporção tinha aumentado para 50% em 1908. A diminuição do número de analfabetos é também um bom indicador do avanço da educação: os analfabetos eram na Argentina, segundo o censo de 1869, 77,4% da população, 53,3% em 1895, e 35,9% em 1914. Também no ensino médio o número de escolas quase triplicou entre 1863 e 1916<sup>13</sup>. (FIORITO, 2012,12).

Mesmo com ingenuidades e simplificações, o programa foi um sucesso a julgar pelo comentário do geógrafo francês Pierre Denis, que visitou a Argentina, em torno de 1916, com a missão de fazer o levantamento de suas características físicas e demográficas:

*Tal vez no exista ningún país donde la prensa, la universidad, la escuela trabajen tan de acuerdo para preservar el recuerdo de las glorias nacionales. Esta propaganda ha dado sus frutos. No se encontrará un muchacho o una niña que no recuerde el nombre de San Martín*<sup>14</sup>. (DENIS, 1987, 34).

Apesar dos excessos, o Programa de educação patriótica foi posto em prática sem que houvesse praticamente nenhuma voz contrária à sua execução. Os anarquistas, para os quais a educação era uma das ferramentas mais efetivas na formação de indivíduos livres, protestaram, sem resultados, desde seus jornais. Para o historiador Fernando Devoto a sua imediata aceitação mostra até que ponto as elites argentinas estavam convictas da necessidade de colocar o projeto em execução<sup>15</sup>. Por outro lado, para a população

---

<sup>13</sup> Entre 1863 e 1880, tinha na Argentina 27 escolas de ensino médio, passando para 35 entre 1881 e 1898, e para 76 entre 1899 e 1916. Os dados sobre a educação básica e o número de analfabetos procedem do site <http://www.elhistoriador.com.ar/>

<sup>14</sup> José de San Martín é um dos principais vultos históricos argentinos, considerado *el padre de la patria*.

<sup>15</sup> É importante frisar que o espírito do Centenário era caracteristicamente plural e que assim como Rojas e Gálvez, e também Lugones, procuravam no passado local uma tradição que diminuísse a importância do aporte imigratório, outros pensadores como Ingenieros e os intelectuais socialistas continuavam vendo

imigrante, a educação abria o caminho para a inserção e também, através da ideologia do progresso, oferecia os elementos essenciais para a ascensão social. A importância da educação pública para os trabalhadores estrangeiros estava além da alfabetização.

Concomitantemente à etapa de expansão do patriotismo escolar e do aumento da oferta de vagas escolares por parte do Estado argentino houve um atenuado declínio das escolas étnicas. A comunidade italiana era a que tinha apresentado maior expansão de suas escolas, em funcionamento desde 1866. Impulsionadas pela insuficiência de escolas públicas para receber a totalidade da população infantil em idade escolar, tiveram certo desenvolvimento a pesar de sempre terem lidado com dificuldades pedagógicas e financeiras. A conformação dos âmbitos educativos das comunidades estrangeiras tinha também, evidentemente, a função de manter a língua e as tradições dos países de origem na educação das crianças imigrantes e nas que iam nascendo no país de adoção. No final do século com o crescimento da oferta por parte do Estado argentino e, em menor medida, das comunidades religiosas, o número de escolas italianas diminuiu, o que parece indicar que a educação dos filhos era, para os imigrantes, concebida como parte de suas estratégias de vida e não como uma ideologia patriótica. Para aquela porção da população imigrante que resolveu permanecer deste lado do Atlântico, a educação na língua e na cultura que os recebia parece ter sido parte do caminho da integração e uma possibilidade de alcançar as suas ambições de ascensão social.

Mesmo as elites imigrantes, interessadas na manutenção das comunidades originais, fontes de seu próprio prestígio, parecem não ter tido força ou meios para se opor aos pais dos alunos, para quem o oferecimento escolar por parte do Estado no país de acolhimento era considerado em termos mais práticos que ideológicos. Neste sentido é interessante perceber que, mesmo sob uma forte pressão das associações étnicas, que mostravam uma hostilidade retórica consistente contra a integração e a favor da defesa da italianidade, e existindo a ameaça real de perda de direitos nas influentes sociedades italianas de socorros mútuos no caso de naturalização, os filhos da primeira geração imigrante desertavam

---

benefícios no aporte dos europeus à formação do povo argentino. Mas todos estavam de acordo quanto à necessidade de integrar o imigrante.

massivamente das associações, apresentavam mudanças no fechado padrão matrimonial dos primeiros chegados e perdiam a língua de origem e os laços com a pátria ancestral. Em algumas oportunidades, manifestaram aberta hostilidade contra os recém-chegados das nações de origem de seus pais<sup>16</sup>.

Além dos argumentos apresentados para explicar a aceitação praticamente sem conflitos do Programa de Educação Patriótica, do nosso ponto de vista, deve-se considerar que ele representou um ordenamento institucional de práticas e procedimentos que já estavam em vigência e tinham um lugar efetivo na sociedade.

Em 1900, oito anos antes da execução do Programa, um regulamento publicado no órgão de difusão do *Consejo Nacional de Educación* estabelecia a obrigatoriedade dos cantos patrióticos e o Hino Nacional em todas as escolas, sobretudo em dias próximos aos feriados cívicos. A legislação estabelecia também que as aulas de castelhano deviam ser ministradas apenas por professores cuja língua original fosse essa e que somente educadores nativos poderiam lecionar História e Geografia argentinas. Antes dessa data, ainda em 1880, essas duas matérias tinham sido definidas como disciplinas independentes da História e Geografia Universais. Posteriormente, no ano de 1888, a carga horária do curso de História tinha sido sensivelmente aumentada sendo a matéria indicada para o ensino nas séries inferiores, fazendo possível que mais alunos passassem a ter contato com os seus conteúdos.

Mesmo com todo esse esforço institucional, o processo de “argentinização” e de exaltação da pátria se dava, de maneira mais acentuada, nas ruas do que nas escolas, como é possível observar nos resultados de uma pesquisa realizada pelo *CNE* com meninos e meninas em idade escolar, que frequentavam as instituições de ensino no ano de 1907. O questionário preparado para a ocasião perguntava, entre outras coisas, qual era a música que mais emocionava as crianças. Aproximadamente metade dos estudantes respondeu sentir uma maior emoção ao ouvir o Hino Nacional Argentino e as marchas patrióticas. O

---

<sup>16</sup> Existem relatos na imprensa, étnica e argentina, de casos de agressão verbal ou mesmo física de filhos de imigrantes contra recém-chegados. Um caso emblemático foi o do chefe de polícia da cidade de Rosário (filho de imigrantes) que hostilizava as manifestações dos conterrâneos de seus antepassados. *La Pátria italiana*. 6/2/1889. p. 1.

dado curioso é que 48% deles manifestaram ter ouvido essas músicas e se emocionado com elas em local público ou na rua, e apenas 8% declararam tê-las ouvido na escola<sup>17</sup>. (GREPPI, 1909, 771).

Desde muito antes da introdução do Programa de Educação Patriótica, a presença popular em festas de rua era característica da cidade de Buenos Aires. Esse costume era um componente peculiar da cultura urbana local, que tinha suas raízes no período colonial e que, após a expulsão dos espanhóis e a declaração da Independência tinha adquirido um contorno patriótico.

Durante o século XIX, as chamadas festas *Mayas*, comemorativas do dia 25 de maio de 1810, mantiveram os traços de festa nitidamente popular apresentando competições, brincadeiras, danças, jogos e fogos de artifício. Tinham também seu momento cívico, quando o Hino Nacional era entoado pelos alunos e militares presentes, assim como pelo público em geral<sup>18</sup>. Diversas descrições destas festas podem ser encontradas na imprensa da época e em relatos de viajantes e memorialistas<sup>19</sup>.

Na última década do século XIX, as festividades passaram por um processo de transformação, assumindo um caráter mais cívico no qual as manifestações populares pareciam menos apropriadas. O clima da comemoração, com desfiles militares mais organizados, adquiriu um caráter de maior solenidade e austeridade. A mudança provocou um esvaziamento das festas interpretado pela imprensa da época como uma redução de fervor patriótico.

A isto se somava a crescente importância das festas das comunidades imigrantes. Era este o caso das festividades dos italianos, majoritários entre os imigrantes por essa data, que comemoravam os dias significativos da história de seu país e nestas ocasiões ocupavam as ruas com bandeiras e o com o canto de suas músicas patrióticas. As celebrações eram

---

<sup>17</sup> A pesquisa, intitulada “La música y los niños”, foi realizada em julho de 1907 e entrevistou 2.531 alunos, de ambos sexos, tanto em escolas da Capital como dos territórios nacionais.

<sup>18</sup> Existiam também as festas *Julianas*, comemorativas da data de Declaração da Independência, no dia 9 de julho (1816).

<sup>19</sup> O livro *Buenos Aires desde 70 años atrás* do periodista e médico argentino José Antonio Wilde é um clássico desse gênero. Nele o autor faz a comparação entre as festas pátrias dos primeiros anos após a Independência e as do final do século XIX. Wilde, José Antonio. *Buenos Aires desde 70 años atrás*. Buenos Aires: EUDEBA, 1960. pp. 195-197.

muito frequentadas nos bairros populares, com grande participação de trabalhadores e duravam vários dias: *la parte principal de la fiesta se hará hoy por ser domingo y poder los obreros tomar una participación más activa*, mencionava o jornal portenho *La Prensa*<sup>20</sup>.

E não eram apenas italianos a participar da festa. Era comum fazerem parte delegações de diversas nacionalidades. Os moradores das ruas por onde passava a manifestação popular mostravam a sua adesão pendurando bandeiras dos países estrangeiros nas sacadas.

Existia uma preocupação no sentido de que a forte adesão às festas estrangeiras ameaçasse ofuscar as festas pátrias, como manifestava o deputado Estanislao Zeballos, em discurso na Câmara de Deputados em 1887:

*Nosotros vamos perdiendo el sentimiento de la nacionalidad con la asimilación del elemento extranjero (...) nos hallaremos un día transformados en una nación que no tendrá ni lengua, ni tradiciones, ni carácter, ni bandera (...).*  
(MICHELETTI, 2004, 77).

Assim, no final da década de 1880 houve um esforço institucional pela recuperação das festas pátrias que começou a dar resultados ao longo da década. No ano de 1889 tanto as festividades de maio quanto as do dia 9 de julho tinham retomado o antigo brilho<sup>21</sup>.

Para as comemorações desse ano houve a preparação de uma grande solenidade da qual se convidou a participar às comunidades estrangeiras junto com as nacionais. Nos jornais destacava-se a presença massiva e o clima de patriotismo em bairros de população nitidamente imigrante, como era o caso do bairro de La Boca, localizado na zona sul da capital argentina. As celebrações foram um grande sucesso e a imprensa fez referências à recuperação da exaltação patriótica, considerada “um triunfo simbólico da argentinidade contra o cosmopolitismo”. Poucos dias depois, os jornais registravam que, no dia 20 de julho do mesmo ano, dia simbólico para a constituição da nação italiana<sup>22</sup>, os festejos

<sup>20</sup> *La Prensa*. 21/9/1884 (BERTONI, 1992, 83).

<sup>21</sup> Para a historiadora Ligia Bertoni, além do resultado do investimento na organização, neste ano se somava a predisposição às grandes comemorações que Paris inspirava devido à organização da festa do Centenário da sua Revolução.

<sup>22</sup> Data da conquista de Roma, antiga capital dos Estados pontifícios, que se transformou, a partir desse momento, na capital do reino da Itália.

tinham sido bem mais modestos que de hábito, o que foi interpretado como uma confirmação da recuperação do espírito patriótico da data nacional.

A partir de então, mesmo com a crise de Baring deflagrada nos anos 1890<sup>23</sup>, houve um crescente investimento estatal nas festividades cívicas sendo que, concomitantemente, a imprensa registrava uma perda de entusiasmo nas festas das coletividades estrangeiras. No ano de 1890, o jornal *La Prensa* mencionava o comparecimento de vinte instituições italianas, quando, em anos anteriores, a participação tinha sido de cinquenta<sup>24</sup>. Efetivamente o investimento nas festas cívicas comemoradas na rua com grande participação popular condiz com o resultado mostrado pela pesquisa em que os escolares de Buenos Aires declararam ter ouvido (e se emocionado) com o Hino Nacional e as marchas militares nas praças e ruas da cidade mais do que na escola

As comemorações acontecidas no espaço público urbano, pelo seu caráter simples, direto e emotivo, tinham efeitos sobre os sentimentos das crianças (e seguramente não somente sobre elas) como os resultados da pesquisa *La Música y los Niños* permitem perceber. Quando, no ano de 1889, anos antes da implementação do Programa de Educação Patriótica, o *Consejo Nacional de Educación* dispôs regulamentações sobre as comemorações das festas pátrias nas escolas, as festividades de rua já estavam em recuperação e as disposições do órgão regulador escolar fizeram parte do esforço institucional na recuperação do patriotismo. Nesse mesmo ano, outras regras foram determinadas pelo *Consejo*, entre elas o estabelecimento de um prazo para realizar a revalidação dos títulos dos professores estrangeiros. Quinze anos antes da execução do programa de educação patriótica, ainda em 1893, as palavras de Honorio Leguizamón (diretor da escola Normal de professores de Buenos Aires) expressavam o que se esperava da instituição escolar:

*(...) que ella pueda servir para despertar en el alumno este sentimiento (...) que se llama patriotismo (...). En la República Argentina más que en ningún otro*

---

<sup>23</sup> Também conhecida como *Pánico de 1890*, a crise de Baring foi uma crise financeira de amplitude mundial originada nas relações comerciais e bancárias entre a Inglaterra e a Argentina, que levou esta última a declarar uma moratória. Peña, Rodolfo Ortega e Duhalde, Eduardo Luis. *Baring Brothers y la historia política argentina*. Buenos Aires: Colihue, 2013.

<sup>24</sup> *La Prensa*. 21/9/1890. (BERTONI, 1992, 107).

*país la educación pública debe tener un propósito nacional (...) todo debe estar ungido con el óleo sagrado de la nacionalidad, para neutralizar esta atmósfera extranjera que el niño ha respirado desde sus primeros años exclusivamente y que continua aun respirando cada día antes de ir y al retirarse de la escuela.* (BERTONI, 1992,110).

O que o programa implantado por Ramos Mejía fez, a partir de 1908, foi estabelecer o culto à pátria e à nacionalidade de uma forma mais meticulosa e abrangente, mas não se tratava de uma inovação, ao contrário, o programa teve a função do ordenamento de práticas que já existiam na sociedade.

O programa de Educação Patriótica de 1908 ficou vigente, com poucas alterações, até 1939. Neste ano, o presidente Ortiz (1938/1942) instaurou uma comissão para estudar uma nova Lei de Instrução pública.

## **BIBLIOGRAFIA**

Aguilar, Maria Inés Rodrigues y Ruffo, Miguel José. “El centenario y la educación: la épica de la nacionalidad en debate”. In *Revista historia de la educación latinoamericana* - Vol. 16 No. 22, enero - junio 2014, pp. 85 a 120.

Alberdi, Juan Bautista. *Bases y puntos de partida para la organización política de la República Argentina*. Buenos Aires: Ciudad Argentina, 1998.

Bertoni, Lilia Ana. “Construir la nacionalidad: héroes, estatuas y fiestas patrias, 1887-1891”. In *Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana ‘Dr.E. Ravignani’* 3ª Serie, número 5, enero-junio 1992. pp. 77 a 111.

Botana, Natalio e Gallo, Ezequiel. *De la República posible a la república verdadera*. Buenos Aires: Emecé Editores, 2007.

Bruno, Fátima Aparecida Teves Cabral. “A educação patriótica no Brasil e na Argentina: Contrastes para a construção de um ethos autoritário”. Anais do V Congresso Brasileiro de Hispanistas. UFMG. [www.letras.ufmg.br/espanhol/anais/indice.htm](http://www.letras.ufmg.br/espanhol/anais/indice.htm). pp. 2615 a 2624.

Bruno, Paula. “Vida intelectual de la Argentina de fines del siglo XIX y comienzos del XX. Un balance historiográfico”. *PolHis*. Año 5. Número 9. Primer semestre 2012. ISSN 1853-7723, pp. 69 -91.

Chiaramonte, José Carlos. *Ciudades, provincias, estados: Orígenes de la Nación Argentina. (1800-1846)*. Buenos Aires: Emecé Editores, 2007.

Ciafardo, Eduardo. “Sobre la Educación patriótica. Algunos comentarios acerca de ‘El fracaso del proyecto argentino’, 1900-1914”. In *Anuario del IEHS*, IV, Tandil, 1991. pp. 351 a 360.

Compagnon, Olivier. *L’Adieu à l’ Europe. L’Amérique Latine et la Grande Guerre*. Paris: Fayard, 2013.

Denis, Pierre. *La valorización del país. La República Argentina, 1920*. Buenos Aires: Ediciones Solar, 1987.

Devoto, Fernando e Míguez, E.J. (comp). *Asociacionismo, Trabajo e Identidad étnica. Los italianos en América Latina en una perspectiva comparada*. Buenos Aires: Cemla, 1992.

Devoto, Fernando J. “De nuevo el acontecimiento: Roque Sáenz Peña, la reforma electoral y el momento político de 1912”. In *Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana ‘Dr.E. Ravignani’*” 3ª Serie, número 14, julio-diciembre 1996. pp. 93 a 113.

Devoto, Fernando. “Imigração europeia e Identidade nacional nas imagens das elites argentinas” in Fausto, Boris (org.). *Fazer a América*. São Paulo: Edusp, 1999. pp. 33-60.

Devoto, Fernando. *Historia de la Inmigración en la Argentina*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2003.

Escudé, Carlos. *El fracaso del proyecto argentino. Educación e ideología*. Buenos Aires: Instituto Torcuato Di Tella; Editorial Tesis, 1990.

Favero, Luigi. “Las escuelas de las sociedades italianas en la Argentina”. In Devoto, Fernando y Rosoli, Gianfausto (orgs): *La Inmigración Italiana en la Argentina*, Buenos Aires, Editorial Biblos, 1985, pp. 165-207.

Fiorito, Mariana. “La enseñanza media y la agenda de ocupación territorial del estado argentino, 1862-1945”. *Historia de la educación -anuario*, Jun 2012, vol.13, no.1, p.0-0. <http://www.scielo.org.ar/cgi-bin/wxis.exe/iah/>.

Forte, Riccardo. “Génesis del nacionalismo militar. Participación política y orientación ideológica de las Fuerzas Armadas al comienzo del siglo XX”. In *Signos Históricos* I. 2. (Julio-diciembre de 1999), 103-135. Departamento de Filosofía. Universidad Autónoma Metropolitana. Itztapalpa. DF. México.

Franco, Stella Maris Scatena. *Luzes e Sombras na construção da Nação Argentina: os manuais de História Nacional (1868-1912)*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FFLCH-USP, 2001.

Funes, Patricia. *Salvar la nación. Intelectuales, cultura y política en los años veinte latinoamericanos*. Buenos Aires: Prometeo libros, 2006.

Greppi, Clemente B. “La música y los niños”. In *EMEC*. Año XXIX, T. XXX; #444, 31-12. 1909. pp. 771 a 832.

Disponível em: <http://repositorio.educacion.gov.ar/dspace/handle/123456789/105230>.

Hall, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014.

Halperín Donghi, Tulio. *Vida y Muerte de la República Verdadera (1910-1930)*. Buenos Aires: Emecé Editores, 2007.

Klein, Herbert S. “A integração dos Imigrantes italianos no Brasil, na Argentina e Estados Unidos”. In *Novos Estudos CEBRAP*, No 25, outubro de 1989, pp. 95-117.

Lafforgue, Jorge. *Explicar la Argentina. Ensayos fundamentales*. Buenos Aires: Taurus, 2009.

Micheletti, Maria Gabriela. “Estanislao Zeballos y los incentivos para la naturalización de extranjeros. Perfil de un legislador que buscó comunicar identidad”. In *Temas de Historia argentina y americana*, no 5, 2004. Universidad Católica Argentina. Facultad de Filosofía y Letras. Instituto de Historia Argentina y Americana. pp. 63 a 80.

Mitre, Bartolomé. *Historia de Belgrano y de la Independencia Argentina*. Buenos Aires: Biblioteca de la Nación, 1902.

Peña, Rodolfo O. e Duhalde, Eduardo L. *Baring Brothers y la historia política argentina*. Buenos Aires: Colihue, 2013.

Ramos Mejía, José Maria. *Las multitudes argentinas: estudio de psicología colectiva*. Buenos Aires: Secretaria de Cultura de la Nación; Editorial Marymar, 1994.

Ravina, Aurora. “Inmigración y ciudadanía: un argentino frente a los dilemas de su tiempo”. In Cruset, Maria Eugenia y Ruffini, Martha (orgs). *Nacionalismo, Migraciones y Ciudadanía: algunos aportes desde las ciencias sociales*. Buenos Aires: Autores de Argentina, 2009, pp. 35 a 60.

Wilde, José Antonio. *Buenos Aires desde 70 años atrás*. Buenos Aires: EUDEBA, 1960.